

BRASÍLIA-DF – 06/02/2018

## As mazelas da Reforma Trabalhista já aparecem no Mercado de Trabalho



A Lei 13.467/2017, aliada à Terceirização têm precarizado postos de trabalho e rebaixado salários. Empresa de RH de Belo Horizonte divulga vaga de "porteiro intervalista" com um salário miserável de R\$153,68. O trabalho será realizado apenas uma hora por dia. Ou seja, o trabalhador faria uma jornada de cerca de 30 horas mensais e ganharia uma quantia ridícula.

Situação como esta só confirma que estas mudanças na legislação, do início ao fim, nega a proteção trabalhista. O salário mínimo, que teve o menor reajuste em 24 anos neste ano de 2017, não cobre as despesas reais de uma família, jogam brasileiros (as) pra uma condição de vida completamente difícil e miserável, o salário oferecido para o tal cargo é inaceitável.

“O governo de Michel Temer (MDB) deixou de impulsionar a fiscalização das condições de trabalho escravo, além de avalizar dezenas de ataques sobre os direitos dos trabalhadores (as). Assim, vagas como essas, com salários miseráveis, condições de trabalho precária, e até mesmo ilegais, como por exemplo, a troca de moradia e comida por trabalho, se tornarão cada vez mais frequentes no País”, afirma Nailton Francisco de Souza (Porreta), diretor Nacional de Comunicação da Nova Central.

Nailton lembra que durante as Audiências Públicas para debater os temas na Câmara dos Deputados, os defensores das mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não se acanhavam em afirmar que as alterações tinham como finalidade modernizá-la e dar segurança jurídica aos empregadores.

Diz que a Juíza do Trabalho, Valdete de Souza Severo tem dito que os patrocinadores das alterações são pessoas ligadas a um setor muito específico do capital que não tem compromisso com o “capitalismo produtivo”, com os anseios sociais, com plataformas de campanha ou mesmo com o pacto de sobrevivência do sistema, firmamos na Constituição de 1988.

“A Lei 13.467 tem regras que expressam um desejo de destruição que certamente será rechaçado por quem lida diariamente com essa relação social, por quem convive com trabalhadores que relatam situações de doenças, assédio, desrespeito e descumprimento contumaz de direitos elementares, por todos aqueles que têm a missão institucional de seguir aplicando o Direito do Trabalho à luz de uma ordem de valores claramente estabelecida desde a gênese

desse ramo do Direito, fortalecida pela Constituição de 1988”, defende a Juíza.

(Imprensa NCST)



O governo de Michel Temer, em reta final, luta desesperadamente para aprovar a "reforma" da Previdência, através da PEC 287 e em última instância, atender os anseios do mercado financeiro/rentista

por Rosana Cólen Moreno

A reforma, tal como posta, não é direcionada à proteção social dos brasileiros, como falaciosamente vem anunciando o governo Temer, com propagandas midiáticas que tendem a iludir o povo brasileiro. A reforma é para atender o mundo capitalista, que após lograr êxito com a reforma trabalhista (que segue as diretrizes da servidão humana atual), faz verdadeiro ataque à seguridade social, de forma a excluir maioria maciça dos trabalhadores da proteção social.

Desde o encaminhamento da PEC 287 ao Congresso Nacional, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) vêm reiteradamente denunciando as investidas do governo Temer, combatendo as mentiras propagadas pelo governo Temer, com o apoio “incondicional” da grande mídia, que além de ter apoiado o golpe militar de 1964, engendrou todas as ações que se mostraram possíveis para dar continuidade à política neoliberal, apoiando também o golpe de 2016.

Num mundo globalizado, comandado pelas grandes cadeias produtivas, não interessa a proteção social. Crianças, velhos e aqueles que não se encontram aptos para o trabalho (com incapacidade – invalidez) são tratados como páreas, como pessoas que devem ficar fora do mundo produtivo, sem qualquer proteção por parte do Estado e das corporações que gerem os fundos de pensões.

O então presidente Fernando Henrique Cardoso, conseguiu transformar a proteção dos trabalhadores da iniciativa privada num patamar mínimo, instituindo a previdência complementar e o limite máximo do regime geral de previdência social (RGPS). No governo progressista do Presidente Lula, bem que se tentou fazer o mesmo com os servidores públicos, mas a proposta foi barrada. Agora, com o atual governo, a pressão do mercado financeiro é diretamente direcionada sobre os servidores públicos, que com a aprovação da PEC 287, serão obrigados a migrarem para os planos privados de previdência, com a observação de que, o teto do RGPS, tende a sofrer desvalorização e diminuição do seu valor ao longo do tempo,

de forma a que quase a totalidade dos servidores públicos sejam obrigados a terem um plano complementar.

Vejo diuturnamente as investidas do governo Temer para aprovação da famigerada PEC 287, com negociatas criminosas, onde o dinheiro público é usado para aprovação do projeto, de todas as formas imagináveis: promessas de campanhas, troca de favores (p. ex. cargos públicos), jantares à luz de discursos mentirosos, etc. A pressão do mercado capitalista vem de todos os lados. Não é leviano afirmar que de República Federativa do Brasil estamos, de forma violenta e com sérios ataques à dignidade da pessoa humana, passar à Res-privada Centralizada do Brasil.

E como está sendo fácil para o mercado financeiro/rentista ludibriar a população brasileira... Não temos educação previdenciária, não sabemos ao menos distinguir os sistemas previdenciários. Vejo “especialistas” em previdência confundirem o custeio dos fundos públicos: o privado (RGPS) e o próprio (RPPS). O primeiro teve um desenho que previu o ingresso de outras receitas, além das contribuições, como por exemplo, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL), instituída pela Lei 7.689/1988. No entanto, o ingresso das receitas foi deliberadamente atacado, com a Desvinculação das Receitas da União (DRU), hoje com previsão de 30% (trinta por cento). Além da DRU, a porcentagem de sonegação supera em muito o “falso” déficit apresentado pelo governo Temer.

No que diz respeito aos Regimes Próprios de Previdência (RPPS), temos que atentar para o fato de que no seu desenho, não há diretamente a previsão de outros tributos como fontes de custeio. Contudo, foi também desenhado para ser superavitário, conforme previsão expressa do art. 249 da Constituição Federal de 1988, na redação dada pela EC n. 20/1998: Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.

Sem embargo, o que fez a maioria dos mais de 2000 (dois mil) dirigentes de RPPS espalhados pelo Brasil? Simplesmente desviaram os recursos dos fundos capitalizados para pagamento de outras receitas que não exclusivamente as previdenciárias. Esses atos de corrupção (até mesmo por incompetência, que segundo o Código Internacional de Conduta do Servidor Público, a ineficiência deve ser tomada como um ato de corrupção) sequer estão sendo apurados, por pressão de governadores, prefeitos e gestores de RPPS que estão a seus serviços.

E para tentar conseguir os 308 (trezentos e oito) votos necessários na Câmara dos Deputados para aprovação da PEC 287, promove o governo Temer um verdadeiro ataque aos servidores públicos, omitindo da população que a maciça maioria dos servidores públicos recebem aquém do teto do INSS, hoje fixado por força da Portaria n. 15, de 16 de janeiro de 2018 do Ministério da Fazenda, em R\$ 5.645,80 (cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos). Ora, fala-se em privilégios, mas onde realmente e

objetivamente se encontram esses privilégios senão nas altas castas do funcionalismo público – que não se ousa atacar?

Em diversos momentos já me pronunciei sobre a questão do aumento de idade para recebimento de benefício previdenciário, a qual não concordo, de forma veemente, posto que no Brasil, de dimensões continentais, não se trata de mero cálculo matemático, mas sim de verificação da realidade dos mais de 207 (duzentos e sete) milhões de habitantes que povoam o seu vasto território. A questão da expectativa de vida deve ser vista de forma fundamentada, levando-se em consideração, inclusive, os números obtidos através da análise da linha de pobreza.

Previdência Social não pode ser tratada e trabalhada como seguro, é antes de tudo, a maior instituição responsável por inclusão social e diminuição das desigualdades sociais. Entretanto, o governo Temer (mas cõnciso disso) envereda para outro caminho: o do lucro de bancos e grandes fundos de pensão privados. Ao estabelecer a previdência complementar, que poderá ser livremente gerida por instituições privadas temos que: o lucro do sistema, será voltado unicamente para estas instituições. E o que o lucro faz com a previdência? Transforma-a de reposição de renda justa em seguro. Sendo seguro, o mercado financeiro/rentista irá manter os maiores benefícios hoje previstos – aposentadorias e pensões? Evidentemente que não. No futuro próximo, não haverá benefícios, mas prêmio de seguro. E para ter o prêmio (sob forma de pecúlio), o participante passivo do sistema terá que verter ao sistema contribuições ininterruptas e ser submetido às cláusulas leoninas ditadas pelos fundos de pensão. E o Estado? Arcará com o mínimo dos mínimos, reacendendo a ideia medieval da “Lei dos Pobres”.

Com a instituição da previdência complementar para servidores públicos, tal como prevista na PEC 287 (e que estratégia falar em licitação, quando sabemos que os grandes bancos ganharão fácil!), a previdência privada dos trabalhadores privados ganhará força. A previdência complementar será assim gigantesca, lucrativa, draconiana e desumana. Nada que se assemelhe à previdência social, que antes de qualquer coisa, deve aplicar justiça social.

E é bem por isso que o governo Temer não atendeu a Recomendação 202/2012 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe, dentre outros, sobre o Diálogo Social. Ora, dialogar com a sociedade? Para quê? O mercado financeiro/rentista não dialoga, ele simplesmente impõe suas regras. Seu intento é único: lucro, mesmo que para isso tenha que escravizar e desproteger. Não podemos desconsiderar que o grande mentor dessa reforma é um banqueiro ávido e pupilo exemplar do Consenso de Washington, o nosso atual Ministro da Fazenda, Senhor Henrique Meirelles.

Sabemos que uma reforma se faz necessária, mas uma reforma que seja direcionada para o povo, não para o mercado. Todavia, precisamos, antes de reformar, de um grande projeto de nação, que transpareça dados - aproveitando as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, com cálculos atuariais sérios - condizentes com a realidade e inclusive com o desenho de gestão saudável e blindada contra atos de corrupção.

E é por um Projeto de Nação Previdenciário, com vistas a fazer justiça social, dar proteção aos descapacitados, desenhar fundos que possam se manter superavitários ao longo do tempo, diminuir

desigualdades sociais e patrocinar inclusão social, que a Nova Central e a CSPB colocaram como pauta a derrocada da PEC 287. Não há que se falar em reforma sem que, como dito, seja voltada exclusivamente ao povo brasileiro. As organizações sindicais entendem que há necessidade de capitalização, no entanto, que essa capitalização seja vertida em prol dos participantes passivos, o que, em linhas certas, contribui para o desenvolvimento da nação e não enriquecimento de um grupo financista/rentista.

É por saber enxergar de forma cristalina toda a maldade que esconde a PEC 287 que a Nova Central e a CSPB continuam com o seu plano de lutas direto: **NÃO À PEC 287!**

E com o apoio e a força do povo brasileiro, advertem: **QUEM VOTAR, NÃO VOLTA!**

*\* Rosana Cólen Moreno é Diretora Nacional de Seguridade Social, Aposentados, Pensionistas e Idosos da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST);*

*Diretora Nacional de Assuntos da Previdência Social da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e procuradora do Estado de Alagoas.*

*(Imprensa NCST)*

## Frente em Defesa da Previdência organiza agenda contra reforma



O Congresso Nacional retoma as atividades a partir de segunda-feira (5), com a sessão de abertura dos trabalhos legislativos. O principal item da pauta da Câmara dos Deputados é a reforma da Previdência (**PEC 287/16**). O governo deseja começar a discussão e votação da proposta na 3ª semana do mês, dia 19.

Diante disso, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, sob a coordenação senador Paulo Paim (PT-RS) e deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), prepara agendas com o objetivo de fortalecer as ações em defesa da Previdência pública, a saber:

– Terça-feira (6), às 9 horas, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realiza audiência pública sobre “O relatório da CPI da Previdência”. Vai ser no plenário 6, na Ala Senador Nilo Coelho do Senado;

– Terça (6), às 14 horas, reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa Previdência Social, em conjunto com “Ato contra a reforma da Previdência”. Vai ser no plenário 2 da Câmara dos Deputados, oportunidade em que serão discutidas agendas de ações contra a reforma da Previdência.

A coordenação da Frente Mista pede às entidades parceiras e que integram a Frente Parlamentar para participarem ativamente das atividades/ações de resistência, com a presença de pelo menos 1 dirigente.

## (Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social)

### No Carnaval, quero Temer fantasiado de democrata ao tratar da Previdência



*Há a percepção (correta) de que o poder público existe para servir aos mais abonados e controlar os mais pobres – ou seja, para usar a polícia e a política a fim de proteger os privilégios do primeiro grupo, usando violência contra o segundo, se necessário for.*

*por Leonardo Sakamoto*

Se não conseguir aprovar a Reforma da Previdência depois do Carnaval, o governo federal pode tentar novamente depois das eleições (quando muitos dos parlamentares derrotados aceitarão atuar como mercenários sem medo do voto) ou buscar passar a parte original do projeto que não demanda maioria constitucional.

Como essa parte era extremamente impopular e atingia aos mais pobres em cheio, o governo retirou-a do projeto. Nada impede que ela surja novamente depois das eleições de outubro.

Enquanto o estabelecimento de uma idade mínima para todos os aposentados (65 anos para homens e 62, para mulheres) depende do apoio de uma emenda ao artigo 201 da Constituição Federal, a questão do tempo de contribuição pode passar como lei complementar ou ordinária. Isso demandaria maioria absoluta (257 votos na Câmara) ou simples (maioria dos presentes em sessões deliberativas com, pelo menos, 257 parlamentares), respectivamente.

Os mais pobres já se aposentam hoje, por idade – 65 anos, homens, e 60, mulheres. Para isso, é necessário um mínimo de 180 contribuições mensais (15 anos). Se os 25 estivessem ainda na proposta, o número saltaria para uma carência de 300 contribuições (25 anos). Isso não afetaria diretamente os extratos superiores da classe média, que já contribuem por mais tempo ao sistema, mas a faixa de trabalhadores mais pobres que, contudo, não entram nas categorias de pobreza extrema, beneficiadas diretamente pela assistência aos idosos pobres.

Na prática, esse pessoal acabaria perdendo o que contribuiu e tendo que procurar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que pode ser menor que a pensão que teriam direito a receber.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos (Dieese), em 2014, a média de contribuição foi de 9,1 meses a cada ano. Porque a rotatividade do mercado de trabalho e a informalidade são grandes. Ou seja, para cumprir 15 anos de contribuição, considerando essa média de nove meses de contribuição a cada 12, uma pessoa precisa, na prática, de **19,8 anos para se aposentar**. Subindo para 25 anos de mínimo, **o tempo de contribuição efetivo teria que ser de 33 anos**. O problema é que, nas regiões mais pobres do país, **a informalidade ultrapassa os 70%**.

E com a Reforma Trabalhista, os meses em que a soma de **contratos intermitentes de trabalho** não completar o equivalente a um salário mínimo de remuneração **não serão computados para efeito de Previdência Social**.

Ao invés de aventar hipóteses de planos B ou C pela imprensa (e de nos encher com publicidade e coletivas), bem faria se o governo federal fizesse um gesto de boa vontade e propusesse uma Minireforma Tributária antes da Reforma da Previdência, com o retorno da taxa de 15% aos dividendos pagos por grandes empresas e a criação de faixas de 30% a 40% no Imposto de Renda para quem ganha muito, subindo – ao mesmo tempo – a barra de isenção e das alíquotas mais baixas consideravelmente.

Não porque isso vá resolver o problema do caixa da Previdência, não vai. Mas sinalizaria que o governo aceita democratizar a chicotada entre ricos e pobres.

Como já disse aqui, a desigualdade é nociva porque dificulta que as pessoas vejam a si mesmas e as outras pessoas como iguais e merecedoras da mesma consideração. Ao mesmo tempo, há a percepção (correta) de que o poder público existe para servir aos mais abonados e controlar os mais pobres – ou seja, para usar a polícia e a política a fim de proteger os privilégios do primeiro grupo, usando violência contra o segundo, se necessário for.

O governo diz que já propôs a retirada dos privilégios com as mudanças nas aposentadorias do setor público, como se todo mundo ganhasse o mesmo que as categorias mais bem remuneradas. E como se o restante da proposta não continuasse criando dificuldades para a classe trabalhadora do setor privado, com uma difícil transição que muda as regras do jogo com a bola rolando.

Quem lê este blog sabe que faço parte do grupo que concorda em discutir mudanças para a Previdência, incluindo as aposentadorias dos servidores públicos que ganham muito para além do que já propôs as reformas anteriores. Mas que também acredita que o tudo está sendo feito a toque de caixa e sem validação social – afinal isso não fazia parte do projeto apresentado pela chapa Dilma/Temer nas eleições de 2014. Essa proposta, bem como o Brasil que queremos, deveria ser melhor discutidos nas eleições gerais.

Dessa forma, seriam legitimadas pelo voto medidas que não dizem respeito apenas à correção de rumos, mas fazem parte de um novo projeto de país.

Estamos desacostumados a isso, eu sei. Mas um pouco de democracia sempre faz bem.

\* **Leonardo Sakamoto** é jornalista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Cobriu conflitos armados em diversos

*países e o desrespeito aos direitos humanos no Brasil. Professor de Jornalismo na PUC-SP, foi pesquisador visitante do Departamento de Política da New School, em Nova York (2015-2016), e professor de Jornalismo na ECA-USP (2000-2002). É diretor da ONG Repórter Brasil e conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão.*

*(Blog do Sakamoto)*

**Com vagas registradas em queda livre, cresce total de trabalhadores informais**



**De acordo com pesquisa do IBGE, país teve mais de 500 mil pessoas que passaram a trabalhar em condições de precariedade, no ano passado. Aumenta também o número de contratos de jornada intermitente**

**Brasil de Fato** – Ao subir a rampa de entrada da estação de metrô Barra Funda, na zona oeste de São Paulo, o passageiro se sente em uma feira livre, passando por um túnel de ambulantes gritando promoções de uma grande variedade de produtos. De fones de ouvidos, chinelos de dedo, até diferentes marcas de doces, o fenômeno, conhecido como "shopping-trem", vêm crescendo cada vez mais, principalmente dentro dos próprios vagões do metrô e da CPTM na cidade.

É o caso do vendedor ambulante de balas e chocolates Alexander de Souza, de 40 anos, que já está no ramo há quatro anos, mas vê, a cada dia, a concorrência aumentar. Ele conta que, além das vendas, continua tentando arranjar um emprego formal, mas está pessimista.

"Já trabalhei um mês com carteira assinada, como ajudante geral. Mas está cada vez mais complicado achar emprego com carteira assinada, sem dúvida. Cada vez mais está aumentando o número de ambulantes. Tem um colega meu que era médico antigamente, há dois anos, hoje em dia ele é vendedor ambulante", contou.

A situação dos ambulantes no transporte público de São Paulo reflete os dados divulgados nesta semana pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a pesquisa, o trabalho informal representou grande parte dos empregos gerados no país em 2017.

De 1,846 milhão de postos de trabalho gerados no último trimestre do ano passado, 589 mil vagas surgiram no setor privado sem carteira de trabalho assinada. A esse número, somam-se 1,07 milhão de pessoas que passaram a atuar como trabalhadores autônomos.

Esse número é preenchido, por exemplo, por um grupo relativamente novo no mercado: os motoristas de aplicativo. Segundo a empresa Uber, já são 500 mil motoristas contabilizados no país. Embora parte dos motoristas de aplicativo utilizem o serviço como complemento de outra renda fixa, um grupo significativo deles são representados por pessoas que perderam seus empregos nos últimos anos.

O motorista Aleksandro Costa Damaceno, que vive em Alagoinhas, no interior da Bahia, trabalha por meio do aplicativo de celular há sete meses. Técnico em eletrônica industrial, ele prestou serviço para a Petrobras por 14 anos, mas com a crise política e econômica no país, teve seu contrato encerrado em maio do ano passado.

"A gente que tem filho não pode se dar ao luxo de ficar parado, tem que ter uma renda no final do mês, até mesmo porque as contas não esperam. Eu fico triste porque a gente investe tanto, tem curso técnico, se qualifica, e hoje todo mundo parado", lamentou.

#### Maquiagem

Os dados da PNAD mostram também que o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho com carteira de trabalho assinada encolheu em 2%, o que representa um total de 685 mil pessoas. Apesar do quadro negativo, o governo golpista de Michel Temer vem anunciando com otimismo a queda no desemprego do país, que terminou o ano em 11,8%.

Para a economista e pesquisadora do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Adriana Marcolino, o crescimento do trabalho informal está sendo usado pelo governo para maquiagem os impactos da crise econômica no país.

"Vi o governo divulgando esse dado como se fosse positivo, como se fossem pessoas indo empreender. Mas na verdade os trabalhadores por conta própria são pessoas que não veem oportunidades de emprego. Se a gente olha com cuidado para os dados e vê que tipo de emprego está sendo gerado. São empregos que você tem menos acesso a benefícios e proteção social, benefícios que compõem a renda também", explicou.

O motorista Aleksandro opina que não tem sentido o crescimento econômico divulgado pelo governo, e que sente falta de ter seu registro na carteira. "Temer está abrindo a boca e dizendo que tudo está melhorando, eu não estou vendo isso, meus colegas continuam todos parados", relatou.

#### Precarização

A jovem Karen de Macedo, moradora do Jardim Eliane, na zona leste de São Paulo, começou em um novo emprego na semana passada, na cantina de uma escola estadual no bairro do Butantã. Antes desempregada, após trabalhar informalmente por meses em um posto de gasolina, ela conta que o atual emprego também não será registrado na carteira de trabalho, e sim por meio do que ela chama de "contrato de boca".

"Está quase impossível, ninguém está querendo registrar mais. Mas a gente acaba aceitando por necessidade, né? Eu tenho um filho de oito anos para criar. É complicado, todo mundo fica inseguro. Se você sofre um acidente, você não tem o recurso de ficar tranquila,

porque vai ter um dinheiro para pagar as contas e alimentar a família. Você também acaba aceitando horários exorbitantes. No posto de gasolina eu não tinha horário, tinha dia que entrava às 6 da manhã, saía às 14h, voltava às 18h e saía às 3h da manhã. Não tem horário para se alimentar, porque não tem uma hora de almoço garantida", denunciou.

Ao longo dos seus 26 anos, Karen já trabalhou em diversos lugares, mas apenas dois deles a registraram. Acostumada, ela explica que pretende começar um curso de pedagogia a partir do segundo semestre deste ano, na expectativa de seguir o sonho de ser professora e conseguir escapar da informalidade. O diploma universitário, no entanto, não tem sido a garantia de um emprego formal para muitos jovens.

É o caso da jornalista Carolina Ellmann, que se formou no fim de 2017, e já vinha procurando emprego ao longo do ano, também na capital paulista. Na falta de vagas que cumprem os direitos trabalhistas, ela vem juntando dinheiro por meio da venda de cosméticos e terapias naturais.

"Eu encontro vagas absurdas que estão me fazendo desistir de procurar trabalho na área do jornalismo. Nenhuma vaga que eu encontrei é CLT e todas têm salário de R\$400 reais para trabalhar seis, oito horas, ou um salário de R\$1.000 – igual o que eu ganhava quando estagiava –, para trabalhar "até o trabalho acabar", afirmou.

#### Reforma Trabalhista

Com as novas regras da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que entraram em vigor em novembro do ano passado, a expectativa é que as vagas de trabalho precarizadas aumentem ainda mais. É o que opina a pesquisadora do Dieese.

"A reforma trabalhista primeiro deixou o trabalhador mais vulnerável, porque o empregador ganhou mais poder nas relações de trabalho, e por outro lado criou-se uma série de contratos de trabalho que maquiagem situações precárias, como o trabalho intermitente, em que se contrata uma pessoa em uma situação praticamente 'de bico', afirmou.

Desde o início de vigência da nova lei, mais de 3 mil postos de trabalho intermitente foram gerados – cerca de **2.500 deles em dezembro**.